

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em Fevereiro deste ano o PCP dirigiu uma pergunta ao Governo sobre as consequências da decisão do encerramento de fronteiras terrestres, nomeadamente no Alto Minho e especialmente para muitos trabalhadores portugueses obrigados a deslocações acrescidas e desnecessárias para irem trabalhar.

Na resposta à pergunta do PCP, o Governo respondeu que, em resultado de diálogo estabelecido com autarcas da região foi possível *“ajustar os pontos de passagem autorizados”*.

O Despacho n.º 3838-B/2021 determina o funcionamento de forma ininterrupta, durante os dias da semana, num conjunto de locais de fronteira, incluindo *“Valença-Viana do Castelo, saída da ponte Tuy-Valença-ligação IP 1-A 3, em Valença”*, estabelecendo ainda este mesmo Despacho o funcionamento condicionado da circulação em zonas de fronteira, incluindo em municípios do Alto Minho (Monção, Melgaço, Ponte da Barca).

Chegou ao Grupo Parlamentar do PCP um conjunto de denúncias e insatisfações com o sucedido ontem, nomeadamente no ponto de passagem Valença-Tui, no qual a fila para entrar em Portugal contava com vários de quilómetros (dezenas de quilómetros, de acordo com informação que chegou ao Grupo Parlamentar do PCP), sendo que a passagem pelo controlo do SEF demorou uma média de duas horas. Ainda de acordo com situações concretas que chegaram ao Grupo Parlamentar do PCP, houve trabalhadores que esperaram hora e meia na fila, não conseguindo cumprir o seu horário de trabalho, havendo mesmo situações referidas de duas horas e meia de fila.

Esta situação causa profundos prejuízos à região do Alto Minho e gera situações insustentáveis para os trabalhadores portugueses que têm que atravessar a fronteira para trabalhar, mas também para os micro, pequenos e médios empresários da região.

Importa que sejam tomadas medidas que resolvam em definitivo este problema e que, tendo o Governo tomado a decisão de circulação condicionada nas regiões transfronteiriças, que as

ações de controlo na fronteira sejam céleres e que não prejudiquem ainda mais as populações desta região. Não é aceitável que situações como as descritas se tornem a repetir.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministro da Administração Interna, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento das situações de demora descritas, resultantes das ações de controlo na fronteira?
2. Que medidas pretende o Governo tomar para que a circulação seja célere e para que o sucedido ontem (filas de dezenas de quilómetros e 2 horas de espera para atravessar a fronteira) não se voltem a verificar?

Palácio de São Bento, 21 de abril de 2021

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)